

Caríssimo(a) Associado(a),

Apresento o livro do Grupo de Trabalho **Relações Privadas e Democracia**, do XXII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado no Centro Universitário Curitiba (UNICURUTIBA/PR), entre os dias 29 de maio e 1º de junho de 2013.

O evento propôs uma análise da atual Constituição brasileira e ocorreu num ambiente de balanço dos programas, dada a iminência da trienal CAPES-MEC. Passados quase 25 anos da promulgação da Carta Magna de 1988, a chamada Constituição Cidadã necessita uma reavaliação. Desde seus objetivos e desafios até novos mecanismos e concepções do direito, nossa Constituição demanda reflexões. Se o acesso à Justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo. Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e consequentes novos parcelamentos das dívidas dos entes federativos, bem como o julgamento da chamada ADIN do calote dos precatórios. Cito apenas um dentre inúmeros casos que expõem os limites da Constituição de 1988. Sem dúvida, muitos debates e mesas realizados no XXII Encontro Nacional já antecipavam demandas que semanas mais tarde levariam milhões às ruas.

Com relação ao CONPEDI, consolidamos a marca de mais de 1.500 artigos submetidos, tanto nos encontros como em nossos congressos. Nesse sentido é evidente o aumento da produção na área, comprovável inclusive por outros indicadores. Vale salientar que apenas no âmbito desse encontro serão publicados 36 livros, num total de 784 artigos. Definimos a mudança dos Anais do CONPEDI para os atuais livros dos GTs – o que tem contribuído não apenas para o propósito de aumentar a pontuação dos programas, mas de reforçar as especificidades de nossa área, conforme amplamente debatido nos eventos.

Por outro lado, com o crescimento do número de artigos, surgem novos desafios a enfrentar, como o de (1) estudar novos modelos de apresentação dos trabalhos e o de (2) aumentar o número de avaliadores, comprometidos e pontuais. Nesse passo, quero agradecer a todos os 186 avaliadores que participaram deste processo e que, com competência, permitiram-nos entregar no prazo a avaliação aos associados. Também gostaria de parabenizar os autores

selecionados para apresentar seus trabalhos nos 36 GTs, pois a cada evento a escolha tem sido mais difícil.

Nosso PUBLICA DIREITO é uma ferramenta importante que vem sendo aperfeiçoada em pleno funcionamento, haja vista os raros momentos de que dispomos, ao longo do ano, para seu desenvolvimento. Não obstante, já está em fase de testes uma nova versão, melhorada, e que possibilitará sua utilização por nossos associados institucionais, tanto para revistas quanto para eventos.

O INDEXA é outra solução que será muito útil no futuro, na medida em que nosso comitê de área na CAPES/MEC já sinaliza a relevância do impacto nos critérios da trienal de 2016, assim como do *Qualis* 2013/2015. Sendo assim, seus benefícios para os programas serão sentidos já nesta avaliação, uma vez que implicará maior pontuação aos programas que inserirem seus dados.

Futuramente, o INDEXA permitirá estudos próprios e comparativos entre os programas, garantindo maior transparência e previsibilidade – em resumo, uma melhor fotografia da área do Direito. Destarte, tenho certeza de que será compensador o amplo esforço no preenchimento dos dados dos últimos três anos – principalmente dos grandes programas –, mesmo porque as falhas já foram catalogadas e sua correção será fundamental na elaboração da segunda versão, disponível em 2014.

Com relação ao segundo balanço, após inúmeras viagens e visitas a dezenas de programas neste triênio, estou convicto de que o expressivo resultado alcançado trará importantes conquistas. Dentre elas pode-se citar o aumento de programas com nota 04 e 05, além da grande possibilidade dos primeiros programas com nota 07. Em que pese as dificuldades, não é possível imaginar outro cenário que não o da valorização dos programas do Direito. Nesse sentido, importa registrar a grande liderança do professor Martônio, que soube conduzir a área com grande competência, diálogo, presença e honestidade. Com tal conjunto de elementos, já podemos comparar nossos números e critérios aos das demais áreas, o que será fundamental para a avaliação dos programas 06 e 07.

Com relação ao IPEA, cumpre ainda ressaltar que participamos, em Brasília, da III Conferência do Desenvolvimento (CODE), na qual o CONPEDI promoveu uma Mesa sobre o estado da arte do Direito e Desenvolvimento, além da apresentação de artigos de pesquisadores do Direito, criteriosamente selecionados. Sendo assim, em São Paulo lançaremos um novo livro com o resultado deste projeto, além de prosseguir o diálogo com o IPEA para futuras parcerias e editais para a área do Direito.

Não poderia concluir sem destacar o grande esforço da professora Viviane Coêlho de Séllos Knoerr e da equipe de organização do programa de Mestrado em Direito do UNICURITIBA, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso encontro. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

Curitiba, inverno de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

Muito me honrou ser convidado para coordenar o grupo de trabalho Relações Privadas e Democracia do XXII Conpedi – Unicuritiba e por conseqüência vir a apresentar este livro resultante dos trabalhos selecionados pelo critério “duplo cego” e apresentados pelos autores em Curitiba.

O primoroso conjunto de trabalhos resultante de pesquisas e estudos elaborados por pesquisadores e estudiosos ligadas diversas instituições de ensino superior também de diversas regiões do Brasil e selecionados para serem apresentados neste evento que se propõe a discutir o Direito em suas diversas dimensões, que é o CONPEDI, um fórum para apresentação de trabalhos sempre instigantes e de profundidade acadêmica.

O livro Relações Privadas e Democracia para melhor espelhar e aproximar os temas apresentados teve seus artigos divididos em três partes com concentração temáticas, sendo que, a primeira partes compreendendo os artigos de um a sete, a segunda parte considerando os artigos de oito a treze e a ultima parte do artigo quatorze ate o vinte.

Deste forma, na primeira parte os artigos são os seguintes: Função Social da Propriedade como Forma de Acesso à Justiça Social; A Função Social do Contrato no Sistema do Código Civil: Uma Nova Visão do Direito Civil Contratual; A Função Social dos Contratos como Instrumento para o Desenvolvimento Sustentável; A Função Social no Direito Privado: Uma Análise Crítica Acerca das Empresas Individuais de Responsabilidade Limitada: A Relação entre a Função Social da Empresa, a Livre Iniciativa Econômica e a Propriedade Privada; O Direito (fundamental) à Propriedade no Âmbito Constitucional Brasileiro e a sua Relativização pelo Instituto da Função Social da Propriedade; A Superação da Dicotomia Público-Privado sob o Enfoque da Função Social da Propriedade.

Neste primeiro bloco a função social que permeia as relações privadas foi a linha mestre para a aglutinação dos artigos, passando pela questão da propriedade, dos contratos, das empresas, do público-privado, sempre em consonância com a Constituição.

Na segunda parte os artigos são: Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, Proteção Jurídica do Embrião e o Direito à Vida; Análise do Regime das Incapacidades no Código Civil Brasileiro Aplicado às Pessoas com Deficiência Intelectual sob a Ótica Civil-Constitucional: Insuficiência às Situações Jurídicas Existenciais; Da Ação de Investigação de Paternidade no Contexto dos Direitos da Personalidade; Das Uniões Poliafetivas Hoje: Uma Análise à Luz da Publicização do Privado e do Acesso à Justiça; Direito à Continuidade do Tratamento Médico em Caso de Desligamento do Profissional junto ao Plano de Saúde; A Inconstitucionalidade do art. 61, § 2º, da lei 11.101/2005: Afronta ao Ato Jurídico Perfeito e à Coisa Julgada.

Este segundo bloco relaciona a pessoa humana, no prisma das relações privadas e democracia com questões de dignidade da pessoa humana, direito a vida, direitos da pessoa deficientes, questões de paternidade, união poliafetiva, continuidade de tratamento médico e por fim a pessoa jurídica frente à recuperação judicial.

Na terceira e última parte, os artigos apresentam a seguinte sequência: O Poder Midiático e os Direitos Fundamentais; Democracia, Autonomia e Ação Comunicativa: a Teoria do Discurso de Jürgen Habermas e a Tutela da Dignidade da Pessoa Humana; Direitos da Personalidade e Lesão em Face da Autoexposição Negociada; Liberdade de Imprensa e Inviolabilidade da Intimidade da Pessoa Humana: Necessidade de Harmonização no Caso Concreto; O Direito Fundamental à Liberdade Contratual e o Princípio da Autonomia da Vontade à Luz da Constitucionalização das Relações Privadas; Direito e Globalização: A Crise da Democracia e seus Sistemas de Direito; A Crise do Estado Moderno e as Agências Reguladoras.

Neste último bloco a democracia e as relações privadas são abordadas, com vista, principalmente às questões de autonomia, comunicação, discurso, mídia, liberdade contratual, globalização e agências reguladoras, fechando assim uma análise sobre ângulos diversos a proposta estabelecida para o livro e para o grupo de trabalho.

Destaco a dedicação e o esforço para tratar de cada tema e os autores tiveram e da importância para o direito de cada conjunto de reflexões.

A atualidade dos temas e a abordagem magistral de cada artigo no tanger aos assuntos tratados denotam a profundidade dos estudos elaborados que com certeza agrega valor aos estudos semelhantes nestas temáticas.

Apresentar este texto é um privilégio acadêmico e uma oportunidade, pois pela qualidade da obra e artigos possibilita recomendar a todos estudiosos e interessados no Direito em especial daqueles focados nas relações privadas e democracia.

Coordenador do Grupo de Trabalho
Professor Doutor Ilton Garcia da Costa – UENP